

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Edilson Rodrigues/Agência Senado



CAE pode virar o cenário da insatisfação do Congresso

Congresso e a vontade de dar um troco sobre emendas

Do centro para a oposição, ganha um autógrafa da Velhinha de Taubaté – aquele célebre personagem de Luiz Fernando Veríssimo que acredita em tudo – quem encontrar algum parlamentar que acha que não há dedo do governo federal na decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, que endurece a liberação das emendas. Mesmo tendo

Dino decidido manter o endurecimento quanto à necessidade de transparência respondendo a um pedido de afrouxamento feito pela Advocacia-Geral da União (AGU). E o sentimento na segunda-feira (9) no Congresso era preparar um troco. Que mais provavelmente deverá afetar a tramitação do pacote fiscal. Mas pode também se estender a outros pontos.

Sabatina

Em princípio, não deve levar à desaprovação dos nomes dos três diretores do Banco Central que serão sabatinados nesta terça-feira (10). Mas se comenta que recados poderão ser dados. A sabatina não é o primeiro item da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

LDO

Antes, está prevista a apreciação na CAE da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). E a grita sobre as emendas poderá acabar por estender a discussão, com discursos irados da oposição no sentido de dizer que o STF está invadindo atribuições do Congresso.

Lula Marques/ Agência Brasil



Lira e Pacheco querem deixar reforma como legado

Único ponto a avançar pode ser tributária

Para além dos recados, a aposta é que os nomes dos diretores sejam aprovados. Mas passando um recado na aprovação do novo diretor de Política Econômica, Nilton Davi. Davi vem do mercado financeiro. Era do Bradesco. E esse ponto faz com que mesmo nomes do PT e do governo torçam um pouco o nariz. A oposição

estaria se articulando para aprová-lo como uma votação mais baixa. Mas o grande risco da reação às emendas é mesmo o pacote de ajuste fiscal do governo. Os comentários nos corredores do Congresso eram de que haveria uma disposição de avançar somente com a regulamentação da reforma tributária.

Legado

Desde a aprovação da Reforma Tributária, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), repete que esse não seria um tema do governo, mas do Congresso. E, nesse sentido, ele e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), têm interesse de deixar como legado.

Pacote

Já o pacote, esse é claramente do interesse do governo. Daí, a possibilidade de retaliação. Há, porém, aí um ponto que alguns consideram que precisa ser dosado. Não pode o Congresso passar a ideia de que não tem o menor compromisso com as contas públicas.

PECs

Lira lembra que a reforma tributária é oriunda de duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que já tramitavam e eram discutidas antes do governo Lula: as PECs 45 e 110. Nesse sentido, então, por mais que interesse ao governo, ele seria resultado do esforço do Congresso.

Esforço

Isso já apareceu na recente pesquisa que a Quare fez com o mercado financeiro. Se o governo foi mal avaliado, também o Congresso. Porque não caberia exigir do governo esforços e eles não acontecerem no Parlamento, que não abre mão de um centavo das emendas.

Decisão de Dino trava novamente pacote fiscal

Governo deve liberar mais emendas apesar das restrições

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino rejeitou integralmente um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) que solicitava a revisão parcial de exigências do Supremo para a liberação de emendas parlamentares. A resposta foi publicada nesta segunda-feira (9). O caso deve gerar novas reações do Congresso e impor novas travas à tramitação do pacote de ajuste fiscal. Para evitar isso, o governo estuda novas liberações orçamentárias, mesmo com as regras mais rigorosas impostas por Dino.

As exigências do ministro desagradaram aos parlamentares, que alegam que as mudanças trarão maior burocracia no processo de liberação, especialmente das emendas individuais de transferência especial, as emendas Pix. Uma das medidas, por exemplo, determina que os parlamentares apresentem um plano de trabalho antes do pagamento das emendas. Isso gera reações, já que as emendas Pix garantem a destinação de recursos por meio de transferência direta, sem a necessidade da celebração de convênio ou acordo com o Executivo. Mas é justamente esse o ponto questionado por Dino: esse processo não garante transparência quanto a quem é o autor da destinação e seu objetivo, além de impedir que os recursos sejam rastreados pelos órgãos de controle.

Com a repercussão negativa, o governo teme que o Congresso trave as discussões e votações acerca do pacote fiscal de corte de gastos. Os projetos de Lei (PL) 4614/2024, de Lei Complementar (PLP) 210/2024 e a



Lula e Haddad precisam aprovar pacote até o final do ano

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024 estão pautados na Câmara dos Deputados e Executivo quer aprovar tudo ainda este ano, para que passe a valer a partir de 2025.

Negociação

Com isso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) marcou uma reunião de última hora com os presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O encontro aconteceu por volta das 17h no Palácio do Planalto e, além dos presidentes das duas Casas do Congresso, estavam presentes líderes do governo e os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Em uma rápida declaração à imprensa logo após a reunião, o secretário Executivo do Minis-

tério da Fazenda, Dario Durigan, disse que há chances de o pacote de gastos ser aprovado no Congresso nesta semana ou na próxima, antes do recesso parlamentar – previsto para 22 de dezembro.

“Todo o esforço [do governo] é para que se chegue no melhor acordo possível pra atender às demandas do Parlamento, atender à decisão do Supremo e avançar no que é importante para o país, que é fazer essa votação [do pacote fiscal] no fim do ano. Tem muitos temas importantes e estamos com pouco prazo”, declarou.

Ele foi questionado sobre a possibilidade de o governo encaminhar ao Congresso uma Medida Provisória que altere o salário-mínimo. Todavia, no momento o tema não é uma prioridade. “Nós estamos trabalhando com o nosso plano A,

que é votar as medidas que foram apresentadas pelo governo, o projeto de lei. Por enquanto não [está no radar a MP], mas a gente não descarta”, disse o número dois da Fazenda.

R\$ 3,2 bilhões

Além da reunião, o governo planeja liberar R\$ 3,2 bilhões em emendas individuais de transferência especial (emendas pix). A medida visa assegurar a votação do pacote de corte de gastos. Se aprovado, a equipe econômica do governo prevê um corte de R\$ 70 bilhões até 2026 – mas para conseguir atingir o valor dentro do prazo, as mudanças precisam ser aprovadas até este ano antes do recesso parlamentar, previsto para 22 de dezembro. Na última semana, o governo já tinha liberado R\$ 7,8 bilhões em emendas impositivas.

Orçamento 2025 deve ser aprovado ainda esta semana

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Apesar da repercussão negativa no Congresso Nacional sobre a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino em manter as exigências da Suprema Corte para a transferência de emendas parlamentares, o Congresso Nacional corre contra o tempo para aprovar o Orçamento de 2025 antes do recesso parlamentar, previsto para 22 de dezembro. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se esforça para finalizar o relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025 nesta quinta-feira (12). O governo prevê aprovar o orçamento em sessão conjunta no Congresso no dia 19 de dezembro.

Para cumprir esse cronograma, a CMO definiu que receberá a apresentação das emendas dos parlamentares até esta terça-feira (10). Os membros da comissão avaliarão os pedidos para fechar o relatório final dentro do prazo estipulado.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias determina as metas e prioridades para o destino dos recursos públicos. Já a Lei Orçamentária Anual, mais detalhada, aponta como esses recursos serão utilizados e distribuídos. Ambas os relatórios somente foram definidos após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionar a Lei Complementar nº 210/2024, que “dispõe a proposição e a



Dino insiste: tudo com total transparência

execução de emendas parlamentares na Lei Orçamentária Anual (LOA)”.

Decisão de Dino

A Advocacia-Geral da União (AGU) tinha solicitado que a Suprema Corte reconsiderasse parcialmente as medidas. O órgão pedia a revisão de trechos que tratam da aprovação de um plano de trabalho para liberação das emendas, outro que trata da identificação nominal dos parlamentares solicitantes e o ponto que se refere ao crescimento do volume total de emendas para 2025.

Ao publicar a decisão quanto ao recurso da Advocacia-Geral da União, nesta segunda-feira (9), o ministro Flávio

Dino declarou que “não há o que reconsiderar” das medidas exigidas pelo Supremo, considerando a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e a Lei Complementar nº 210/2024.

“Todo esse processo legislativo é transparente e rastreável, em face dos excelentes sites mantidos pelas casas parlamentares. Por que, no caso da Lei Orçamentária, seria diferente? Não há base constitucional, legal ou lógica para que, exatamente em se tratando da aplicação do dinheiro público, haja um inusitado procedimento de ocultação”, afirmou o ministro, especialmente sobre as emendas Pix.

Além de ter negado o recurso da AGU, Dino atendeu uma manifestação da Controladoria-Geral da União (CGU) e determinou que todos os documentos e planilhas apresentadas pelo Legislativo sobre quais políticos solicitaram repasse de verba via emenda de relator devem, imediatamente, ser disponibilizados no Portal da Transparência. Também é necessário disponibilizar para transparência os links aos sistemas do Congresso que permitem acompanhar a indicação e execução de emendas.

“Quanto às emendas de comissão, friso que os ‘solicitantes’ poderão ser os líderes partidários ou qualquer outro parlamentar, pois não podem existir deputados ou senadores com mais prerrogativas legislativas (parlamentares de 1ª classe) e outros com menos (parlamentares de 2ª classe)”, completou.

Em uma rápida conversa com a imprensa nesta segunda, após uma reunião entre o governo e seus representantes com os presidentes da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL) e do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o secretário Executivo do Ministério da Fazenda Dário Durigan disse que “a AGU vai fazer uma interpretação com força executória do que de fato se extrai da decisão do Supremo e a Secretaria do Tesouro e os outros órgãos do governo vão executar na linha do que foi decidido”.